

BP
2024

Publicado em março de 2025

BALANÇO PATRIMONIAL 2024

DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL
CONSOLIDADA



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO LUCAS DA SILVA CAVALCANTE, JOCEIDER ARAUJO MINEIRO
Acesse em: <https://eice.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: e62561a7-7aef-4537-8f2b-f7a14a88a824

Anexo 14 da Lei Nº 4.320/64 - Balanço Patrimonial

Valores em R\$ - Período: 01/01/2024 até 31/12/2024

Despesa realizada: Empenhada

Ativo			Passivo		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante (Nota 1)	36.048.580,97	53.943.224,12	Passivo Circulante (Nota 13)	48.062.751,10	55.780.817,62
Caixa e equivalentes de caixa (F) (Nota 2)	14.228.729,09	18.235.781,34	Obrigações trabalhistas, prev. e assist. a pagar a curto prazo (F) (Nota 14)	20.540.931,18	26.706.732,76
Créditos a curto prazo (Nota 3)	364.214,69	2.309.923,25	Obrigações trabalhistas, prev. e assist. a pagar a curto prazo (P)	20.427.754,31	14.494.412,52
Créditos tributários a receber	0,00	0,00	Empréstimos e financiamentos a curto prazo (F) (Nota 15)	0,00	0,00
Clientes	0,00	0,00	Empréstimos e financiamentos a curto prazo (P)	0,00	0,00
Créditos de transferências a receber (P)	34.631,44	2.045.144,00	Fornecedores e contas a pagar a curto prazo (F) (Nota 16)	4.142.029,82	10.388.602,09
Empréstimos e financiamentos concedidos (F)	0,00	0,00	Fornecedores e contas a pagar a curto prazo (P)	596.114,30	600.000,00
Empréstimos e financiamentos concedidos (P)	0,00	0,00	Obrigações fiscais a curto prazo (F)	0,00	0,00
Dívida ativa tributária (F)	0,00	0,00	Obrigações fiscais a curto prazo (P)	0,00	0,00
Dívida ativa tributária (P)	398.000,00	277.000,00	Transferências Fiscais a curto prazo	0,00	0,00
Dívida ativa não tributária	0,00	0,00	Provisões a curto prazo (Nota 17)	0,00	0,00
(-) Ajuste de perdas de créditos a curto prazo (P) (Nota 4)	-68.416,75	-12.220,75	Demais obrigações a curto prazo (F) (Nota 18)	2.355.921,49	3.591.070,25
Demais créditos e valores a curto prazo (F) (Nota 5)	0,00	0,00	Demais obrigações a curto prazo (P)	0,00	0,00
Demais créditos e valores a curto prazo (P)	19.531.835,88	30.090.980,59			
Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo (F) (Nota 6)	1.921.801,26	3.304.698,94			
Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo (P)	0,00	0,00			
Estoques (P) (Nota 7)	2.000,05	1.840,00			
Ativo não circulante mantido para venda	0,00	0,00			
Ativo biológico	0,00	0,00			
Variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente	0,00	0,00			
Ativo não Circulante (Nota 8)	754.934.189,19	126.257.133,59	Passivo não Circulante	517.638.910,57	150.682.862,84
Realizável a longo prazo	664.082.769,07	29.968.152,47	Obrigações trabalhistas, prev. e assist. a pagar a longo prazo (F)	0,00	0,00
Créditos a longo prazo (Nota 9)	17.529.715,97	16.969.214,51	Obrigações trabalhistas, prev. e assist. a pagar a longo prazo (P) (Nota 20)	0,00	0,00
Créditos tributários a receber	0,00	0,00	Empréstimos e financiamentos a longo prazo (F) (Nota 21)	0,00	0,00
Clientes	0,00	0,00	Empréstimos e financiamentos a longo prazo (P)	0,00	0,00
Empréstimos e financiamentos concedidos	0,00	0,00	Fornecedores e contas a pagar a longo prazo (F) (Nota 22)	0,00	0,00
Dívida ativa tributária (P)	10.893.178,57	21.394.424,61	Fornecedores e contas a pagar a longo prazo (P)	6.685.164,29	7.436.092,05
Dívida ativa não tributária (P)	17.332.821,77	16.590.533,19	Obrigações fiscais a longo prazo (P) (Nota 24)	41.169.959,39	18.838.399,97
(-) Ajuste de perdas de créditos a longo prazo (P) (Nota 10)	-10.696.284,37	-21.015.743,29	Transferências Fiscais a longo prazo	0,00	0,00
Demais créditos e valores a longo prazo (F)	646.553.053,10	0,00	Provisões a longo prazo (P) (Nota 23)	469.783.786,89	124.408.370,82
Demais créditos e valores a longo prazo (P)	0,00	12.998.937,96	Demais obrigações a longo prazo (F)	0,00	0,00
Investimentos e aplicações temporárias a longo prazo (F)	0,00	0,00	Demais obrigações a longo prazo (P)	0,00	0,00
Investimentos e aplicações temporárias a longo prazo (P)	0,00	0,00	Resultado diferido	0,00	0,00
Estoques	0,00	0,00			
Variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente	0,00	0,00			
Investimentos	0,00	0,00			
Participações permanentes	0,00	0,00			
Avaliadas pelo método de equivalência	0,00	0,00			
Avaliadas pelo método de custo	0,00	0,00			
(-) Redução ao valor recuperável	0,00	0,00			
Propriedades para investimentos	0,00	0,00			
(-) Depreciação acumulada	0,00	0,00			
(-) Redução ao valor recuperável	0,00	0,00			
Investimentos do RPPS de longo prazo	0,00	0,00			
			TOTAL DO PASSIVO	565.701.661,67	206.463.680,46
			Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 25)		
			Patrimônio social e capital social	0,00	0,00
			Adiantamento para futuro aumento de capital	0,00	0,00
			Reservas de capital	0,00	0,00
			Ajustes de avaliação patrimonial	0,00	0,00
			Reservas de lucros	0,00	0,00
			Demais reservas (P)	144.392.939,10	0,00



Anexo 14 da Lei Nº 4.320/64 - Balanço Patrimonial

Valores em R\$ - Período: 01/01/2024 até 31/12/2024

Despesa realizada: Empenhada

Ativo			Passivo		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
(-) Redução ao valor recuperável de propriedades	0,00	0,00	Resultado acumulado	80.888.169,39	-26.263.322,75
Demais investimentos permanentes	0,00	0,00	Resultado do exercício (P)	107.151.492,14	8.996.993,37
(-) Redução ao valor recuperável	0,00	0,00	Resultado de exercícios anteriores (P)	-26.263.322,75	-35.260.316,12
Imobilizado (Nota 11)	90.851.420,12	96.288.981,12	Ajustes de exercícios anteriores	0,00	0,00
Bens móveis (P)	9.827.981,77	17.039.994,38	Outros resultados	0,00	0,00
(-) Deprec./Amort./Exaustão acumulada bens móveis (P)	-1.234.533,82	-56.228,97	(-) Ações/Cotas em tesouraria	0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável de bens móveis	0,00	0,00	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	225.281.108,49	-26.263.322,75
Bens imóveis (P)	83.279.532,38	79.312.623,11			
(-) Deprec./Amort./Exaustão acumulada bens imóveis (P)	-1.021.560,21	-7.407,40			
(-) Redução ao valor recuperável de bens imóveis	0,00	0,00			
Intangível (Nota 12)	0,00	0,00			
Softwares	0,00	0,00			
(-) Amortização acumulada	0,00	0,00			
(-) Redução ao valor recuperável de intangível	0,00	0,00			
Marcas, direitos e patentes industriais	0,00	0,00			
(-) Amortização acumulada	0,00	0,00			
(-) Redução ao valor recuperável de intangível	0,00	0,00			
Direito de uso de imóveis	0,00	0,00			
(-) Amortização acumulada	0,00	0,00			
(-) Redução ao valor recuperável de intangível	0,00	0,00			
TOTAL DO ATIVO	790.982.770,16	180.200.357,71	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	790.982.770,16	180.200.357,71
QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES (LEI N.º 4.320/64)					
ATIVO FINANCEIRO (Nota 26)	16.150.530,35	21.540.480,28	PASSIVO FINANCEIRO (Nota 28)	27.666.797,03	42.984.970,59
ATIVO PERMANENTE (Nota 27)	774.832.239,81	158.659.877,43	PASSIVO PERMANENTE (Nota 29)	538.662.779,18	165.777.275,36
SALDO PATRIMONIAL (Nota 30)				224.653.193,95	-28.561.888,24

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (LEI N.º 4.320/64) (Nota 31)

Atos potenciais ativo	Exercício Atual	Exercício Anterior	Atos potenciais passivo	Exercício Atual	Exercício Anterior
Atos potenciais ativos	35.690.026,09	26.710.283,88	Atos potenciais passivos	6.995.657,17	28.516.516,29
Garantias e contragarantias recebidas	0,00	0,00	Garantias e contragarantias concedidas	0,00	0,00
Direitos conveniados e outros instrumentos congêneres	0,00	0,00	Obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres	0,00	0,00
Direitos contratuais	35.690.026,09	26.710.283,88	Obrigações contratuais	1.285,20	28.516.516,29
Demandas judiciais	0,00	0,00	Demandas judiciais	6.994.371,97	0,00
Outros aportes potenciais ativos	0,00	0,00	Outros aportes potenciais passivos	0,00	0,00
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	35.690.026,09	26.710.283,88	TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	6.995.657,17	28.516.516,29



QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO (LEI Nº 4.320/1964) (Nota 32)

Entidades Consolidadas: Prefeitura Municipal de Bom Conselho, Fundo Municipal de Assistência Social de Bom Conselho, Fundo Municipal de Saúde de Bom Conselho, Fundo Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente de Bom Conselho, Fundo Municipal de Educação de Bom Conselho, Fundo de Previdência do Município de Bom Conselho, Câmara Municipal de Bom Conselho

JOCIEDER ARAUJO Assinado de forma
MINEIRO:0902139 digital por JOCIEDER
9407 ARAUJO
MINEIRO:09021399407

Documento Assinado Digitalmente por: JOAO LUCAS DA SILVA CAVALCANTE, JOSE EDUARDO ARAUJO MINEIRO
 Acesso em: <https://eice.ice.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: e62561a7-7ae1-4537-0120-717a14a88a824



MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO-PE

DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL CONSOLIDADA

NOTAS EXPLICATIVAS

ANEXO 14 DA LEI Nº 4.320/64 – BALANÇO PATRIMONIAL

EXERCÍCIO DE 2024



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO LUCAS DA SILVA CAVALCANTE, JOCIEDER ARAUJO MINEIRO
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epj/validaDoc.seam> Código do documento: e62561a7-7aef-4537-8f2b-f7a14a88a824

1. INFORMAÇÕES GERAIS:

1.a. Nome do órgão ou entidade: Prefeitura Municipal de Bom Conselho-PE, CNPJ: 11.285.954/0001-04

1.b. Natureza jurídica do órgão ou entidade: 124-4 – Município.

1.c. Domicílio do órgão ou entidade: Rua Vidal de Negreiros, nº 43 – Bairro: Centro – Cidade: Bom Conselho – Pernambuco – CEP: 55.330-000.

1.d. Dados do Gestor Municipal: João Lucas da Silva Cavalcanti – Prefeito.

1.e. Dados do Contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis e notas explicativas:
Jociéder Araújo Mineiro, Contador CRC-PE nº 027671/O-4

1.f. Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade: A natureza jurídica desta Prefeitura Municipal perante a Receita Federal do Brasil está classificada através do código 124-4 “Município” Trata-se de pessoa jurídica de direito público interno, ente dotado de autonomia e integrante da República Federativa do Brasil, previsto nos arts. 1º e 18 da Constituição Federal e no inciso III do art. 41 da Lei nº 10.406, de 07/01/2002 (Código Civil). Desenvolve atividade típica de Estado, pratica atos administrativos típicos e atípicos, celebra contratos administrativos, se sujeita a licitação no desempenho de suas funções. Suas principais atividades e atribuições exercidas pela administração direta e indireta são a administração e supervisão em assuntos fiscais, envolvendo: a administração tributária, a arrecadação de impostos e taxas sobre serviços e a investigação de sonegação, a administração orçamentária, gestão de recursos públicos e da dívida pública, o levantamento e recebimento de dinheiro e controle de seu desembolso, a administração e execução dos serviços de planejamento social e econômico.

1.g. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este balanço foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pela Portaria STN/MF nº 1.568, de 11 de dezembro de 2023 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 10ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 04. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF nº 23, de 11 de dezembro de 2023, Portaria Conjunta STN/SRPC nº 22, de 11 de Dezembro de 2023 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP nº 11 Apresentação das Demonstrações Contábeis e elaborada de acordo com a IPSAS 35 – Consolidated Financial Statements, editada pelo International Public Sector Accounting Standards Board da International Federation of Accountants (IPSASB/Ifac). Declaramos ainda que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está em conformidade as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

1.h. Consolidação das demonstrações contábeis abrangendo:

O presente demonstrativo contém os valores do Poder Executivo e do Poder Legislativo Municipal, bem como os órgãos da administração direta e indireta, incluindo os fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes, caso existam e de forma consolidada, conforme relação a seguir:

- 1) Prefeitura Municipal de Bom Conselho (PMBC);
- 2) Câmara Municipal de Vereadores de Bom Conselho (CVBC);
- 3) Fundos Municipal de Saúde de Bom Conselho (FMS);
- 4) Fundo Municipal de Assistência Social de Bom Conselho (FMAS);
- 5) Fundo Municipal de Educação de Bom Conselho (FME);
- 6) Fundo Municipal de Defesa da Criança e ao Adolescente de Bom Conselho (FUNDECA);
Fundo de Previdência Própria dos Servidores Municipais de Bom Conselho (FPMBC).

MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO-PE

DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL CONSOLIDADA



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO LUCAS DA SILVA CAVALCANTE, JOCIEDER ARAUJO MINEIRO
Acesse em: <https://etce.ice.pe.gov.br/ep/validaDoc.seam?codigo=662561a7-7aef-4537-8f2b-f7a14a88a824>

2. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

2.a. Bases de mensuração utilizadas:

- Os ativos e passivos resultantes da execução orçamentária do exercício de 2024 foram mensurados inicialmente a custo histórico como determina a Resolução CFC nº 1.137/2008. Após o registro inicial foi adotado o critério de mensuração de custos para o imobilizado em toda a classe de ativos, abatidos o valor residual e depreciação/amortização/exaustão seguindo o modelo de cotas definidos pela tabela SIAFI utilizado pela União publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). A moeda funcional do município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente. As contas patrimoniais estão destacadas com a sigla (F), para “Financeiro”, e (P), para “Permanente”, conforme regras estabelecidas no MCASP e em atendimento as exigências previstas na Resolução TCE-PE nº 269/2024. Quanto aos atos potenciais nas classes 7 e 8 do plano de contas foram baixados os registros dos contratos em execução tendo em vista o seu encerramento em 31/12/2024. Em atendimento a Portaria MP nº 509/2013, foram classificados no Passivo Não Circulante as provisões matemáticas previdenciárias, baseados nos cálculos e projeções realizadas pelo Atuário contratado pelo RPPS. Estas informações foram extraídas do cálculo atuarial com ano base: 2024. Data Base: 31/12/2023, seguindo os critérios destacados na Nota 23 das referências cruzadas do Passivo Não Circulante constante nesta Nota explicativa, as contas classificadas como “Provisões Matemáticas Previdenciárias”, foram classificadas no plano de contas aplicado ao setor público em grupos específicos, estendidos até o 7º nível, e seguindo as orientações do IPC nº 00.

2.b. Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas no BP.

2.c. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

As políticas seguem os princípios contábeis da entidade, continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência e prudência, explícitos e implícitos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Os lançamentos nos sistemas orçamentário, financeiro e patrimonial foram realizados pelo método das partidas dobradas em atendimento ao art. 86 da Lei Federal nº 4.320/64 e a estrutura das demonstrações contábeis obedeceram às regras estabelecidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 10ª Edição, bem como na NBC TSP 17, que trata sobre Demonstrações Contábeis Consolidadas. Porém não há julgamentos pela aplicação destas políticas.

2.d. Balanço Patrimonial e Seus Aspectos:

O Balanço Patrimonial evidencia a situação patrimonial do município no último dia do exercício contábil. Através de sua análise, é possível conhecer qualitativa e quantitativamente a composição dos bens e direitos (Ativos), das obrigações (Passivos), e dos capitais, reservas e resultados acumulados (Patrimônio Líquido) desta entidade pública.

O Balanço Patrimonial, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, 10ª edição, é composto por:

- Quadro Principal;
- Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes;
- Quadro das Contas de Compensação (controle); e
- Quadro do Superávit/Déficit Financeiro.

Quadro Principal:

O quadro Principal foi elaborado utilizando-se da classe 1 (Ativo) e a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do PCASP. Os ativos e passivos são apresentados em níveis sintéticos (3º nível ou 4º nível). As contas do ativo estão dispostas em ordem decrescente de grau de conversibilidade. As contas do passivo, em ordem decrescente de grau de exigibilidade. Neste quadro, estão contidas informações referentes ao.

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes:

Este quadro foi elaborado utilizando-se da classe 1 (Ativo) e a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do PCASP. Estão inclusas, também, as contas que representam passivos financeiros, mas que não apresentam passivos patrimoniais associados, como as contas da classe 6 “Créditos Empenhados a Liquidar” e “Restos a Pagar Não Processados a Liquidar”.

Quadro das Contas de Compensação:

Neste quadro, estão representadas as contas representativas dos atos potenciais (atos a executar que podem afetar o patrimônio, imediata ou indiretamente) ativos ou passivos. Os atos potenciais ativos a executar podem afetar o patrimônio positivamente, já os atos potenciais passivos, negativamente. O quadro foi elaborado utilizando a classe 8 (Controles Credores) do PCASP.

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro:

MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO-PE

DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL CONSOLIDADA



Este quadro foi elaborado utilizando-se o saldo da conta 8.2.1.1.1.00.00 – Disponibilidade por Destinação de Recurso (DDR), segregado por fonte/destinação de recursos. Ele apura o resultado (superávit/déficit) em conformidade com o §2º do art. 43 da Lei 4.320/1964.

3. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

3.a. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:

Não houve registro de passivos contingentes.

3.b. Divulgações não financeiras:

Não há informações desta natureza.

3.c. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há informações desta natureza.

3.d. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Não houve ajustes decorrentes de omissões e erros de registro consequentemente não há necessidade de apontamentos quanto a este balanço.

4. INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS:

4.a Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título “Nota” seguida do respectivo número baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

Anexo 14 – Balanço Patrimonial da Lei Federal 4.320/64 - REFERÊNCIAS CRUZADAS E NOTAS -

Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante (Nota 1)	36.048.580,97	53.943.224,12
Caixa e equivalentes de caixa (F) (Nota 2)	14.228.729,09	18.235.781,34
Créditos a curto prazo (Nota 3)	364.214,69	2.309.923,25
Créditos tributários a receber	0,00	0,00
Clientes	0,00	0,00
Créditos de transferências a receber (P)	34.631,44	2.045.144,00
Empréstimos e financiamentos concedidos (F)	0,00	0,00
Empréstimos e financiamentos concedidos (P)	0,00	0,00
Dívida ativa tributária (F)	0,00	0,00
Dívida ativa tributária (P)	398.000,00	277.000,00
Dívida ativa não tributária	0,00	0,00
(-) Ajuste de perdas de créditos a curto prazo (P) (Nota 4)	-68.416,75	-12.220,75
Demais créditos e valores a curto prazo (F) (Nota 5)	0,00	0,00
Demais créditos e valores a curto prazo (P)	19.531.835,88	30.090.980,59
Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo (F) (Nota 6)	1.921.801,26	3.304.698,94
Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo (P)	0,00	0,00
Estoques (P) (Nota 7)	2.000,05	1.840,00
Ativo não circulante mantido para venda	0,00	0,00
Ativo biológico	0,00	0,00
Variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente	0,00	0,00

(Nota 1) **ATIVO CIRCULANTE:** Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício de 2024 foram de R\$ 36.048.580,97, compostos de Caixa e Equivalentes de Caixa, Créditos a Curto Prazo e Investimentos e Aplicações Temporária a Curto Prazo.

(Nota 2) **CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:** O saldo das disponibilidades financeiras deixadas em 31/12/2024 totalizam R\$ 14.228.729,09. Segue abaixo o detalhamento da disponibilidade de caixa discriminando por entidade:

DISPONIBILIDADE DE CAIXA DETALHADA

Documento Assinado Digitalmente por: JOAO LUCAS DA SILVA CAVALCANTE, JOCIEDER ARAUJO MINEIRO
Acesse em: <https://etce.ice.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: e62561a7-7aef-4537-8f2b-f7a14a88a824

MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO-PE

DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL CONSOLIDADA



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO LUCAS DA SILVA CAVALCANTE, JOCIEDER ARAUJO MINEIRO
Acesse em: <https://efcfe.ce.gov.br/eppl/validar?id=62561a77a64378f2b-f7a14a8a824>

(Art. 8º e Art. 50 da LC 101/2000 LRF)		
Entidades	Recursos Próprios	Recursos Vinculados
Prefeitura Municipal	94.149,05	2.548.733,39
Câmara Municipal de Vereadores	8,76	0,00
Fundo Municipal de Saúde (FMS)	213.051,72	1.620.828,71
Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS)	3.114,75	165.076,93
Fundo Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente (FMDDCA)	764,12	0,00
Fundo Municipal de Educação	31.448,17	9.551.553,49
RPPS	0,00	0,00
Total	342.536,57	13.886.192,52

(Nota 3) **CRÉDITOS A CURTO PRAZO:** O saldo de Créditos a curto prazo em 31/12/2024 totalizou R\$ 364.214,69, sendo composto pela Dívida Ativa Tributária, pelo Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo e Demais Créditos a Curto Prazo.

DETALHAMENTO DOS CRÉDITOS A CURTO PRAZO EM NOTAS EXPLICATIVAS (MCASP 10ª Edição - p. 506)

Níveis	Valor
Créditos de transferências a receber (1)	34.631,44
Dívida ativa tributária (2)	329.583,25
Dívida ativa não tributária (2)	0,00
TOTAL	364.214,69

(1) Ao final do exercício a classificação dos ativos a curto prazo mostra que o valor evidenciado como “Créditos de Transferência a Receber” no valor de R\$ 34.631,44, referem-se aos registros patrimoniais da receita por competência baseado nos valores liberados pelo FNS no valor de R\$ 34.631,44. Os valores foram compensados financeiramente apenas no exercício de 2025, conforme estudo técnico da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) e NBCASP. O registro da receita por competência foi realizado. Os valores dos avisos de crédito estão disponíveis na internet nos seguintes endereços eletrônicos: FNS – <https://consultafns.saude.gov.br/#/detalhada>.

(2) Foi mensurado para créditos a receber – curto prazo a título de Dívida Ativa Tributária com base na expectativa de recebimento do estoque da dívida até 12 meses após o levantamento deste balanço, restando seu saldo residual no ativo não circulante, seguindo os critérios já definidos nesta nota.

(Nota 4) **AJUSTES PARA PERDAS DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A CURTO PRAZO:** No exercício 2024 foi atualizado o Ajuste de perdas de créditos a curto prazo, totalizando R\$ 68.416,75. Tal soma de ajuste se refere às provisões realizadas sobre as Dívidas Ativas Tributárias a Curto Prazo. As memórias de cálculo dos ajustes de perdas se encontram no item “5.k. Relação de Provisões e Passivos Contingentes” destas notas explicativas.

Descrição	2021	2022	2023	2024	Média
Valor Arrecadado no ano	138.997,21	167.971,42	634.357,11	377.007,28	329.583,26
Valor Orçado para 2025					398.000,00
Provisão para Perda de Dívida Ativa Curto Prazo					68.416,75
Saldo da Dívida Ativa de Curto Prazo em 31/12/2024		R\$ 398.000,00			
Ajuste para Perda da Dívida Ativa Trib. CP		R\$ 68.416,75			

(Nota 5) **DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO:** Segregação dos ativos com os atributos “F” e “P”:

Níveis	Valor	Atributo
Tributos a recuperar/compensar	0,00	F
Depósitos restituíveis e valores vinculados	0,00	F
Valores em trânsito realizáveis a curto prazo	0,00	F
Créditos a receber por reembolso de salário família pago	0,00	F
Créditos a receber por reembolso de salário maternidade pago	0,00	F
Subtotal	0,00	
Créditos previdenciários a receber	0,00	P
Créditos a receber e valores a curto prazo	0,00	P
Subtotal	0,00	P
TOTAL	0,00	

(Nota 6) **INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO:** A conta de investimentos e

MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO-PE

DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL CONSOLIDADA



aplicações temporárias a curto prazo totaliza R\$ 1.921.801,26, e é composta basicamente das contas de investimentos pertencentes ao RPPS. Registra os investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional efetuados em conformidade com a Resolução BACEN CMN nº 4.963/2021.

(Nota 7) ESTOQUE (NBC TSP 04 – Item 47): O saldo do estoque ao final do exercício foi de R\$ 2.000,05, referente ao registro no balanço do Poder Legislativo.

POLÍTICA CONTÁBIL E CRITÉRIOS DE VALORAÇÃO ADOTADA NA MENSURAÇÃO DO ESTOQUE:

Os “Estoques”, são avaliados na entrada pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Valor total contabilizado em estoque	2.000,05
Valor classificado em outras contas específicas da entidade	0,00
Valor do estoque contabilizado pelo valor justo menos as despesas de vendas	0,00
Valor de estoques reconhecidos como despesa durante o período	0,00
Valor de qualquer redução de estoque reconhecido como despesa no resultado do período	0,00
Valor contabilizado de estoques dados como garantia a passivos	0,00
Valor de qualquer reversão de redução do valor dos estoques reconhecido no resultado do ano	0,00
Valor contabilizado de estoques dados como garantias de passivos	0,00
Citar as circunstâncias ou acontecimentos que conduziram a reversão da redução de estoques:	
Não houve reversão da redução do estoque.	

Ativo não Circulante (Nota 8)	754.934.189,19	126.257.133,59
Realizável a longo prazo	664.082.769,07	29.968.152,47
Créditos a longo prazo (Nota 9)	17.529.715,97	16.969.214,51
Créditos tributários a receber	0,00	0,00
Clientes	0,00	0,00
Empréstimos e financiamentos concedidos	0,00	0,00
Dívida ativa tributária (P)	10.893.178,57	21.394.424,61
Dívida ativa não tributária (P)	17.332.821,77	16.590.533,19
(-) Ajuste de perdas de créditos a longo prazo (P) (Nota 10)	-10.696.284,37	-21.015.743,29
Demais créditos e valores a longo prazo (F)	646.553.053,10	0,00
Demais créditos e valores a longo prazo (P)	0,00	12.998.937,96
Investimentos e aplicações temporárias a longo prazo (F)	0,00	0,00
Investimentos e aplicações temporárias a longo prazo (P)	0,00	0,00
Estoques	0,00	0,00
Variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00
Participações permanentes	0,00	0,00
Avaliadas pelo método de equivalência	0,00	0,00
Avaliadas pelo método de custo	0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável	0,00	0,00
Propriedades para investimentos	0,00	0,00
(-) Depreciação acumulada	0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável	0,00	0,00
Investimentos do RPPS de longo prazo	0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável de propriedades	0,00	0,00
Demais investimentos permanentes	0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável	0,00	0,00
Imobilizado (Nota 11)	90.851.420,12	96.288.981,12
Bens móveis (P)	9.827.981,77	17.039.994,38
(-) Deprec./Amort./Exaustão acumulada bens móveis (P)	-1.234.533,82	-56.228,97
(-) Redução ao valor recuperável de bens móveis	0,00	0,00
Bens imóveis (P)	83.279.532,38	79.312.623,11
(-) Deprec./Amort./Exaustão acumulada bens imóveis (P)	-1.021.560,21	-7.407,40
(-) Redução ao valor recuperável de bens imóveis	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO-PE

DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL CONSOLIDADA



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO LUCAS DA SILVA CAVALCANTE, JOCIEDER ARAUJO MINEIRO
Acesse em: <https://etce.ice.pe.gov.br/ep/validarDocumento.aspx?Codigo=documento:e62561a7-7aef-4537-8f2b-f7a14a88a824>

Intangível (Nota 12)	0,00	0,00
Softwares	0,00	0,00
(-) Amortização acumulada	0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável de intangível	0,00	0,00
Marcas, direitos e patentes industriais	0,00	0,00
(-) Amortização acumulada	0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável de intangível	0,00	0,00
Direito de uso de imóveis	0,00	0,00
(-) Amortização acumulada	0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável de intangível	0,00	0,00

(Nota 8) **ATIVO NÃO CIRCULANTE:** Os ativos de longo prazo, compostos do ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível, totalizam R\$ 754.934.189,19, deste valor está composto R\$ 646.553.053,10 de valor atual da contribuição patronal suplementar para cobertura do déficit atuarial em conformidade com DRAA An base 2024, data base 31.12.2023.

O valor de R\$ 646.553.053,10, corresponde a saldo de parcelamento de débitos previdenciários a receber firmados junto Entidade de Previdência.

NÍVEIS	VALOR
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL SUPLEMENTAR PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL	R\$ 610.872.027,01
PARCELAMENTO 1709/2017 (JUROS/MULTAS/ATUALIZAÇÕES)	R\$ 410.380,74
PARCELAMENTO 1709/2017	R\$ 405.103,90
PARCELAMENTO 1712/2017 (JUROS/MULTAS/ATUALIZAÇÕES)	R\$ 1.121.941,80
PARCELAMENTO 1713/2017 (JUROS/MULTAS/ATUALIZAÇÕES)	R\$ 1.870.336,44
PARCELAMENTO 1710/2017 (JUROS/MULTAS/ATUALIZAÇÕES)	R\$ 1.394.745,66
PARCELAMENTO 1711/2017 (JUROS/MULTAS/ATUALIZAÇÕES)	R\$ 1.553.655,60
PARCELAMENTO 0550/2019 (JUROS/MULTAS/ATUALIZAÇÕES)	R\$ 41.735,04
PARCELAMENTO 0551/2019 (JUROS/MULTAS/ATUALIZAÇÕES)	R\$ 159.496,62
PARCELAMENTO 0552/2019 (JUROS/MULTAS/ATUALIZAÇÕES)	R\$ 34.019,88
PARCELAMENTO 1710/2017	R\$ 1.376.807,00
PARCELAMENTO 1711/2017	R\$ 1.533.672,00
PARCELAMENTO 1712/2017	R\$ 1.107.511,00
PARCELAMENTO 1713/2017	R\$ 1.846.280,00
PARCELAMENTO 550/2019	R\$ 25.413,82
PARCELAMENTO 551/2019	R\$ 97.122,68
PARCELAMENTO 552/2019	R\$ 20.715,78
PARCELAMENTO 515/2024 - LONGO PRAZO	R\$ 20.370.796,85
PARCELAMENTO 528/2024 - LONGO PRAZO	R\$ 1.494.572,09
PARCELAMENTO 523/2024 - LONGO PRAZO	R\$ 816.719,19
TOTAL	R\$ 646.553.053,10

(Nota 9) **CRÉDITOS A LONGO PRAZO:** Os créditos a longo prazo do município somaram R\$ 17.529.715,97 em 31/12/2024. Até o fechamento do balanço, o setor tributário do município não informou a previsão de perdas da dívida ativa. Sendo assim, adotamos como critério para as provisões para credores de liquidação duvidosa a média de arrecadação dos últimos quatro exercícios e o percentual de perda real. São compostos pelas dívidas ativas a longo prazo tributárias, abatidas pela provisão de ajuste de perdas, detalhados na nota 10 a seguir:

(Nota 10) **AJUSTES PARA PERDAS DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A LONGO PRAZO:** No exercício 2024 foi atualizado o Ajuste de perdas de créditos a longo prazo, totalizando R\$ -10.696.284,37. Tal soma de ajuste se refere às provisões realizadas sobre a Dívida Ativa Tributária do Município. Na ausência de informações do setor de tributação, o ajuste para perdas foi calculado sobre o percentual de efetividade de arrecadação nos últimos três/quatro exercícios, conforme memória de cálculo a seguir:

MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO-PE

DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL CONSOLIDADA



40.968.685,49.

Segregação dos passivos com os atributos “F” e “P”:

DETALHAMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A CURTO PRAZO EM NOTAS EXPLICATIVAS (MCASP 10ª Edição)

Níveis	Valor	Atributo
Pessoal a Pagar	1.898.749,24	F
Encargos Sociais a Pagar	18.642.181,94	F
Subtotal	20.540.931,18	
Encargos Sociais a Pagar – Débito Parcelado a curto prazo	20.427.754,31	P
Subtotal	20.427.754,31	
TOTAL	40.968.685,49	

(Nota 15) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (CURTO PRAZO):

Não houve empréstimos a curto prazo.

(Nota 16) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR CURTO PRAZO: Ficou registrado o saldo em restos a pagar no montante de R\$ 4.738.144,12, sendo R\$ 4.142.029,82 relativo a fornecedores e contas a pagar e R\$ 596.114,30 referente a dívidas Fundadas a curto prazo com fornecedores como a CELPE.

(Nota 17) PROVISÕES A CURTO PRAZO (NBC TSP 03 – Item 97 a 98): Foram constituídas provisões no valor de R\$ 0,00, detalhada no quadro a seguir:

Não houve saldo final para provisões de curto prazo durante o exercício.

Durante o exercício o 13º salário e férias foram obrigações consideradas no passivo derivadas de apropriações por competência, não se confundindo com o termo de “provisões”. Durante o exercício foram feitas as apropriações mensais.

(Nota 18) DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO: Ficou registrado o saldo em depósitos no montante de R\$ 2.355.921,49. O detalhamento das Demais Obrigações a Curto Prazo encontra-se a seguir:

2.1.8.8	VALORES RESTITUÍVEIS	2.355.921,49 C
2.1.8.8.1	VALORES RESTITUÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO	2.355.921,49 C
2.1.8.8.1.01	CONSIGNACOES	2.352.526,41 C
2.1.8.8.1.01.01	F RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	673,76 C
2.1.8.8.1.01.02	F CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	197.805,55 C
2.1.8.8.1.01.04	F IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	299.812,66 C
2.1.8.8.1.01.07	F ICMS	125,00 C
2.1.8.8.1.01.08	F ISS	26.315,71 C
2.1.8.8.1.01.10	F PENSÃO ALIMENTÍCIA	7.217,54 C
2.1.8.8.1.01.11	F PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA	19.892,83 C
2.1.8.8.1.01.13	F RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	14.866,88 C
2.1.8.8.1.01.15	F RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	1.220.684,40 C
2.1.8.8.1.01.18	F RETENÇÃO RELATIVA A SALÁRIO FAMÍLIA NA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	0,00
2.1.8.8.1.01.99	F OUTROS CONSIGNATÁRIOS	565.132,08 C
2.1.8.8.1.04	DEPOSITOS NÃO JUDICIAIS	3.395,08 C
2.1.8.8.1.04.01	F DEPOSITOS E CAUCOES	3.386,32 C
2.1.8.8.1.04.99	F OUTROS DEPOSITOS	8,76 C
Total		2.355.921,49 C

A seguir será analisado o quadro do passivo não circulante:

MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO-PE

DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL CONSOLIDADA



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO LUCAS DA SILVA CAVALCANTE, JOCIEDER ARAUJO MINEIRO
Acesse em: <https://etce.ice.pe.gov.br/ep/validaDoc.aspx?CodigoDoDocumento=62561a7-7a64e37-8f2b-f7a14a88a824>

Passivo não Circulante	517.638.910,57	150.682.862,84
Obrigações trabalhistas, prev. e assist. a pagar a longo prazo (F)	0,00	0,00
Obrigações trabalhistas, prev. e assist. a pagar a longo prazo (P) (Nota 20)	0,00	0,00
Empréstimos e financiamentos a longo prazo (F) (Nota 21)	0,00	0,00
Empréstimos e financiamentos a longo prazo (P)	0,00	0,00
Fornecedores e contas a pagar a longo prazo (F) (Nota 22)	0,00	0,00
Fornecedores e contas a pagar a longo prazo (P)	6.685.164,29	7.436.092,05
Obrigações fiscais a longo prazo (P) (Nota 24)	41.169.959,39	18.838.399,97
Transferências Fiscais a longo prazo	0,00	0,00
Provisões a longo prazo (P) (Nota 23)	469.783.786,89	124.408.370,82
Demais obrigações a longo prazo (F)	0,00	0,00
Demais obrigações a longo prazo (P)	0,00	0,00
Resultado diferido	0,00	0,00

(Nota 19) PASSIVO NÃO CIRCULANTE: As obrigações de longo prazo ao final do exercício somam R\$ 517.638.910,57, decorrentes de obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar, empréstimos e financiamentos, fornecedores, provisões e demais obrigações.

(Nota 20) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO: Ficou registrado o saldo de R\$ 0,00.

(Nota 21) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (LONGO PRAZO): O valor evidenciado no balanço para os empréstimos e financiamentos de longo prazo ao final do exercício foi de R\$ 0,00

(Nota 22) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR (LONGO PRAZO): Ficou registrado o saldo em restos a pagar no montante de R\$ 6.685.164,29, relativo ao saldo de dívidas parceladas de fornecedores a pagar, detalhadas no Anexo 1 - Demonstrativo da Dívida Fundada Interna e Externa, constante na Prestação de Contas 2024 desta entidade.

DETALHAMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A LONGO PRAZO EM NOTAS EXPLICATIVAS - (MCASP 10ª Edição)

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Longo Prazo	Saldos
CELPE Por Contrato - Longo Prazo	6.685.164,29
Total	6.685.164,29

(Nota 23) PROVISÕES A LONGO PRAZO (NBC TSP 03 – Item 97 a 98): As provisões totalizaram R\$ 469.783.786,89, que são relativas a Provisões Matemáticas Previdenciárias do RPPS, conforme cálculo atuarial que consta desta prestação de contas. O cálculo atuarial foi feito pelo Atuário Sr. Luiz Claudio Kogut, MIBA nº 1308. Avaliação Ano Base:2024. Data base: 31/12/2023.

DETALHAMENTO DAS PROVISÕES EM NOTAS EXPLICATIVAS (MCASP 10ª Edição)

TIPO/CLASSE DA PROVISÃO: Provisões Matemáticas Previdenciárias	VALOR (R\$)
a) valor contábil do início do período (saldo das provisões – exercício de 2023)	469.783.786,89
b) valor contábil do final do período (saldo das provisões – exercício de 2024)	469.783.786,89
c) c) provisões adicionais realizadas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes (+) VPD 3.9.7	0,00
d) valores utilizados (incorridos e baixados contra a provisão) durante o período (-) VPA 4.9.7	0,00
e) valores não utilizados revertidos durante o período	0,00
f) o aumento no período do valor descontado decorrente do transcurso do tempo e os efeitos de qualquer alteração na taxa de desconto	0,00
g) breve descrição da natureza da obrigação e do prazo esperado para qualquer saída resultante de benefícios econômicos ou potencial de serviços	
BREVE DESCRIÇÃO: Constituição de saldo de Provisões Matemáticas Previdenciárias. O Passivo atuarial do RPPS é representado pelas provisões matemáticas previdenciárias, que correspondem aos compromissos líquidos do plano de benefícios, avaliados em regime de capitalização.	

MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO-PE

DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL CONSOLIDADA



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO LUCAS DA SILVA CAVALCANTE, JOCIEDER ARAUJO MINEIRO
Acesse em: <https://etce.ipe.gov.br/epd/validaDoc.seam> Código do documento: e62561a7-7aef-4537-8f2b-f7a14a88a824

h) indicativo das incertezas relacionadas ao valor ou prazo dessas saídas.	0,00
i) valores de algum reembolso previsto, apresentando o valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido na forma do reembolso.	0,00

MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS:

CONTEXTUALIZAÇÃO DA MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS

PLANO PREVIDENCIÁRIO	R\$ 469.783.786,89
Provisões de Benefícios Concedidos	R\$ 244.889.561,99
(+) Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano	R\$ 248.119.009,21
(-) Contribuição do Ente	R\$ 0,00
(-) Contribuição do Inativo	R\$ 12.781,40
(-) Contribuição do Pensionista	R\$ 0,00
(-) Compensação Previdenciária	R\$ 3.216.665,82
(-) Parcelamento de Débitos Previdenciários	R\$ 0,00
(-) Cobertura de Insuficiência Financeira	R\$ 0,00
Provisões de Benefícios a Conceder	R\$ 224.894.224,90
(+) Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano	R\$ 340.666.091,19
(-) Contribuição do Ente	R\$ 55.064.707,36
(-) Contribuição do Ativo	R\$ 40.267.193,82
(-) Compensação Previdenciária	R\$ 20.439.965,11
(-) Parcelamento de Débitos Previdenciários	R\$ 0,00
(-) Cobertura de Insuficiência Financeira	R\$ 0,00
(-) APORTES PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL	R\$ 0,00

A presente avaliação atuarial foi realizada especificamente para dimensionar a situação financeira e atuarial do Fundo de Previdência do Município de Bom Conselho, de acordo com metodologia, hipóteses e premissas citadas anteriormente, com os dados cadastrais dos servidores ativos, aposentados e pensionistas fornecidos pela Prefeitura e pelo Instituto.

Este trabalho já contempla as novas normas e procedimentos atuariais previstos na Portaria MTP nº 1.467/2022 e utiliza as bases de dados cadastrais e financeiros posicionados em 31/12/2023.

Os cálculos foram realizados em conformidade a Nota Técnica Atuarial, enviada à Secretaria de Previdência, conforme previsto no artigo 27 da Portaria nº MTP Nº 1.467/2022.

Considerações sobre a Base Cadastral

A base de dados contendo o cadastro de servidores ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes enviados para a avaliação atuarial, foi comparada com padrões mínimos e máximos aceitáveis na data base da avaliação. Depois de feitas as análises, consideramos os dados suficientes e completos para a realização da avaliação atuarial.

Como os dados referentes ao tempo de contribuição anterior à admissão na Prefeitura não foram informados na base de dados, foi adotada uma estimativa de tempo anterior vinculada à idade do servidor na data da admissão, conforme estudo estatístico elaborado pela ACTUARIAL, com base em dados confiáveis de outros RPPS.

Resultados da Avaliação

O custo total a valor presente dos benefícios previdenciários de todos os atuais e futuros servidores do município, está projetado em aproximadamente R\$ 588,785 milhões. Os atuais direitos do plano expressam um valor presente de R\$ 122,306 milhões e, portanto, indicam um déficit atuarial base de R\$ 446,479 milhões.

Considerando as receitas futuras esperadas do plano de equacionamento presente no Decreto Municipal nº 013/2023 no valor de R\$ 610,872 milhões, chegamos a um superávit final com valor atual de R\$ 144,392 milhões, este valor representa 51% das futuras remunerações dos servidores ativos.

Diante do resultado superavitário, recomendamos a manutenção do atual plano de equacionamento, previsto no Decreto Municipal nº 013/2023. Para 2024 a alíquota será de 44%.

MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO-PE

DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL CONSOLIDADA



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO LUCAS DA SILVA CAVALCANTE, JOCIEDER ARAUJO MINEIRO
Acesse em: https://etce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam?Codigo_do_documento=e62561a7-7aef-4537-8f2b-f7a14a88a824

Por fim, salientamos que os resultados desta avaliação atuarial são extremamente sensíveis às variações das hipóteses e premissas utilizadas nos cálculos e que, modificações futuras destes fatores, poderão implicar variações substanciais nos resultados atuariais.

Curitiba, 04 de abril de 2024.


Luiz Claudio Kogut
Atuário - MIBA 1.308

(Nota 24) **OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO:** Corresponde ao valor de R\$ 41.169.959,39 de dividas parceladas, sendo R\$ 5.488.933,30 referente ao INSS e R\$ 35.681.026,09 ao RPPS.

Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 25)		
Patrimônio social e capital social	0,00	0,00
Adiantamento para futuro aumento de capital	0,00	0,00
Reservas de capital	0,00	0,00
Ajustes de avaliação patrimonial	0,00	0,00
Reservas de lucros	0,00	0,00
Demais reservas (P)	144.392.939,10	0,00
Resultado acumulado	80.888.169,39	-26.263.322,75
Resultado do exercício (P)	107.151.492,14	8.996.993,37
Resultado de exercícios anteriores (P)	-26.263.322,75	-35.260.316,12
Ajustes de exercícios anteriores	0,00	0,00
Outros resultados	0,00	0,00
(-) Ações/Cotas em tesouraria	0,00	0,00
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	225.281.108,49	-26.263.322,75

(Nota 25) **TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO:** Com um superávit de 251.544.431,24 apurado no exercício 2024, decorrente em grande parte por conta das provisões matemáticas previdenciárias a longo prazo, o Patrimônio Líquido finalizou o exercício com o saldo de R\$ 225.281.108,49.

DETALHAMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM NOTAS EXPLICATIVAS	
(MCASP 10ª Edição)	
Demais Reservas	144.392.939,10
Resultados Acumulados de exercícios anteriores	-26.263.322,75
Resultado do Exercício	107.151.492,14
Patrimônio Social/Capital Social	0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	225.281.108,49

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES (LEI N.º 4.320/64)					
ATIVO FINANCEIRO (Nota 26)	16.150.530,35	21.540.480,28	PASSIVO FINANCEIRO (Nota 28)	27.666.797,03	42.984.970,59
ATIVO PERMANENTE (Nota 27)	774.832.239,81	158.659.877,43	PASSIVO PERMANENTE (Nota 29)	538.662.779,18	165.777.275,36
SALDO PATRIMONIAL (Nota 30)				224.653.193,95	-28.561.888,24

(Nota 26) **ATIVO FINANCEIRO:** O Ativo Financeiro, no valor de R\$ 16.150.530,35, é o somatório das contas escrituráveis de ativo com o atributo financeiro [F], excluídas as contas intraorçamentárias, composto pela conta Bancos Conta Movimento, do Ativo Circulante.

(Nota 27) **ATIVO PERMANENTE:** O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa. O valor dos ativos com atributo permanente [P] somam R\$ 774.832.239,81.

MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO-PE

DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL CONSOLIDADA



(Nota 28) **PASSIVO FINANCEIRO:** O Passivo Financeiro consiste nas obrigações que não dependem de autorização orçamentária para sua amortização ou resgate. Também integram o passivo financeiro os passivos que não são submetidos ao processo de execução orçamentária, a exemplo das cauções, depósitos, dentre outros. O valor dos passivos com atributo financeiro [F] no valor de R\$ 27.038.882,49, somados aos restos a pagar não processados a liquidar no valor de R\$ 627.914,54 perfazem o total de R\$ 27.666.797,03.

(Nota 29) **PASSIVO PERMANENTE:** Os passivos que dependam de autorização orçamentária para amortização ou resgate integram o passivo permanente Os Passivos com atributo permanente [P] somam R\$ 538.662.779,18.

(Nota 30) **SALDO PATRIMONIAL:** O saldo patrimonial do exercício, foi de R\$ 224.653.193,95, representado pela diferença entre o somatório dos Ativos Financeiro e Permanente (R\$ 16.150.530,35 + R\$ 774.832.239,81), menos somatório dos Passivos Financeiro e Permanente (R\$ 27.666.797,03 + R\$ 538.662.779,18).

Atos potenciais ativo	Exercício Atual	Exercício Anterior	Atos potenciais passivo	Exercício Atual	Exercício Anterior
Atos potenciais ativos	35.690.026,09	26.710.283,88	Atos potenciais passivos	6.995.657,17	28.516.516,29
Garantias e contragarantias recebidas	0,00	0,00	Garantias e contragarantias concedidas	0,00	0,00
Direitos concedidos e outros instrumentos congêneres	0,00	0,00	Obrigações concedidas e outros instrumentos congêneres	0,00	0,00
Direitos contratuais	35.690.026,09	26.710.283,88	Obrigações contratuais	1.285,20	28.516.516,29
Demandas judiciais	0,00	0,00	Demandas judiciais	6.994.371,97	0,00
Outros aportes potenciais ativos	0,00	0,00	Outros aportes potenciais passivos	0,00	0,00
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	35.690.026,09	26.710.283,88	TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	6.995.657,17	28.516.516,29

(Nota 31) **SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS E PASSIVOS:** Os atos potenciais ativos ao final do exercício totalizaram R\$ 35.690.026,09. O valor do saldo dos atos potenciais passivos foi de R\$ 6.995.657,17. Os atos potenciais ativos e passivos inerentes aos contratos, demandas judiciais, convênios e outros instrumentos congêneres a executar foram estruturados no PCASP a nível de item e subitem (7º e 8º níveis) sob a responsabilidade e controle do setor de contratos.

QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO (LEI Nº 4.320/1964) (Nota 32)		
500 - Recursos não vinculados de Impostos	-18.129.358,61	-22.291.895,06
501 - Outros Recursos não Vinculados	-1.070.288,19	-5.309.315,77
540 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	-5.520.791,97	-6.222.737,79
541 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	-456.952,46
542 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT	-230.762,35	-87.966,52
544 - Recursos de Precatórios do FUNDEF	7.041.014,98	0,00
550 - Transferência do Salário-Educação	-11.560,12	-397.841,70
551 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	7.936,62	7.348,17
552 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	5.619,72	70.740,85
553 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	6.945,56	14.221,22
569 - Outras Transferências de Recursos do FNDE	1.837.954,58	-1.891.694,10
570 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	0,00	-1.019.994,97
571 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	304.347,69	367.243,18
600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	-20.677,04	1.784.562,41
601 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	-23.249,65	554.544,81
604 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	-313.000,49	556.176,00
605 - Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	-222.677,47	276.357,71
621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	584.427,45	1.061.803,19
631 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	1.027,13	955,82
632 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	320,62	38.245,33
660 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	47.087,37	-121.165,05
661 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	-1.411,96	24.727,21
665 - Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social	0,00	-2.368,85
700 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	2.425.090,53	9.911.766,51
701 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	243.513,95	225.779,77
715 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º - Audiovisual	57.903,77	53.610,55
716 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º - Demais Setores da Cultura	1.151,36	1.066,00
719 - Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022	9.707,46	0,00
755 - Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta	2.866,50	900,47
800 - Recursos vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	1.458.903,38	1.446.088,46
802 - Recursos vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	0,00	-37.529,96
880 - Recursos próprios dos consórcios	-8.307,50	-1.165,78
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS	-11.516.266,68	-21.444.490,31

(Nota 32) **QUADRO DE SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO (§2º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64):** O valor apurado ao final do exercício foi de R\$ 11.516.266,68, (deficitário).

ESCLARECIMENTO SOBRE FONTES/DESTINAÇÃO DE RECURSOS NEGATIVAS

Os valores negativos representam comprometimento da fonte de recursos com empenhamentos acima dos valores arrecadados, decorrentes dos mais variados fatores, alheios a orientação contábil, como por exemplo, atrasos nos repasses dos recursos pelos governos federal e/ou estadual, atendimento a situações emergenciais decorrentes de estado de calamidade e/ou emergência, não acompanhamento da programação orçamentária e financeira, dentre outros. Sugerimos na qualidade de consultoria contábil que o controle interno adote as medidas necessárias junto aos gestores e tesoureiros para a obediência as regras estabelecidas para o gerenciamento mensal das fontes/destinação de recursos.

MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO-PE

DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL CONSOLIDADA



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO LUCAS DA SILVA CAVALCANTE, JOCIEDER ARAUJO MINEIRO
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epj/validaDoc.seam> Código do documento: e62561a7-7aef-4537-8f2b-f7a14a88a824

5. INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELO ANEXO IX E XII DA RESOLUÇÃO TCE-PE N 269/2024:

5.a. Classificação de ativos:

Não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares.

5.b. Constituições de provisões:

Não houve constituições de provisões em contas de passivo que implicassem em registros nas variações patrimoniais, exceto as “provisões matemáticas previdenciárias” comentadas na (nota 23) referências cruzadas.

5.c. Reconhecimento de variações patrimoniais:

Não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independentes da execução orçamentária.

5.d. Transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outras entidades:

Não houve transferência de propriedade de ativos para outras entidades.

5.e. Descrever ajustes decorrentes de omissões e erros de anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis:

Não houve ajustes decorrentes de omissões ou erros de anos anteriores.

5.f. Ativos imobilizados obtidos a título gratuito:

Não houve bens recebidos por doação no exercício.

5.g. Transferência de Ativos:

Não houve transferência de ativos para outras entidades que ensejem registro na entidade de origem.

5.h. Ativos Intangíveis obtidos a título gratuito:

Não houve doação de ativos intangíveis no exercício.

5.i. Componentes patrimoniais avaliados por critérios distintos:

Na mensuração dos bens do imobilizado foi utilizado um único critério de mensuração para toda a classe do ativo.

5.j. TESTE DE IMPARIDADE (*IMPAIRMENT*):

Não houve teste de imparidade durante o exercício.

5.k. Relação de Provisões e Passivos Contingentes:

Não houve durante o exercício, relação de provisões e passivos contingentes inerentes ao mesmo fenômeno contábil.

5.l. Informações de Passivos Contingentes:

Não foram realizados registros de passivos contingentes que acarretem estimativa de seus efeitos financeiros, indicação de incerteza em relação à periodicidade de saída, bem como da possibilidade de algum reembolso.

5.m. Perdas da Dívida Ativa (NBC TSP 03 – item 97 e 98):

Não foram registrados valores de perdas da dívida ativa durante o exercício.

5.n. Informações adicionais (NBC TSP 01 – Item 106):

Não houve situações relativas a passivos reconhecidos sujeitos a transferência de ativos, ou empréstimos subsidiados, bem como não houve ativos reconhecidos sujeitos a restrições ou recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação. Não houve registro de passivos perdoados.

5.o. Probabilidade de Benefícios Econômicos ou Potencial de Serviços (NBC TSP 03 – Item 105):

Não houve entradas de benefícios econômicos ou potencial de serviços prováveis que se sujeitem a estimativas financeiras de recebimentos.

5.p. Avaliações Externas de Mensuração de Provisões (NBC TSP 03 – Item 103):

Foi realizada avaliação externa para mensuração das provisões de ordem atuarial pelo Atuário contratado pelo RPPS destacado acima na avaliação atuarial.

MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO-PE

DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL CONSOLIDADA



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO LUCAS DA SILVA CAVALCANTE, JOCIEDER ARAUJO MINEIRO
Acesse em: <https://etce.ice.pe.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: e62561a7-7aef-4537-8f2b-f7a14a88a824

5.q. Teste de Imparidade (*Impairment*) (MCASP 10ª Edição):

Não houve a realização de testes de imparidade de ativos com interrupção do poder de geração de caixa.

5.r. Ganhos e Perdas decorrentes de Baixas no Imobilizado:

Conforme dados disponibilizados pelo setor de patrimônio, foi baixado no imobilizado o valor de R\$ 10.621.346,16, durante o exercício, sendo R\$ 983.200,01, relativos a alienação de bens, R\$ 9.638.146,15, decorrentes de baixa em bens. Essas baixas resultaram em perdas em relação ao valor histórico registrado no inventário registrados através de uma VPD.

5.s. Passivos reconhecidos referentes a Ativos Transferidos (NBC TSP 01 – Item 106):

Não houve passivos reconhecidos referentes a ativos transferidos.

5.t. Passivos reconhecidos em relação a Empréstimos Subsidiados (NBC TSP 01 – Item 106):

Não houve passivos reconhecidos em relação aos empréstimos subsidiados que estão sujeitos a condições sobre os ativos transferidos.

5.u. Ativos reconhecidos que estão sujeitos a Restrições e a Natureza de tais Restrições (NBC TSP 01 – Item 106):

Não há ativos reconhecidos que estão sujeitos a restrições.

5.v. Recebimentos Antecipados em relação a Transações sem Contraprestação (NBC TSP 01 – Item 106):

Não houve recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação.

5.w. Montante de quaisquer Passivos Perdoados (NBC TSP 01 – Item 106):

Não houve passivos perdoados durante o exercício.

5.x. Heranças, Presentes e Doações (NBC TSP 01 – Item 107):

DESCRIÇÃO	TIPO/CLASSE	VALOR (R\$)
HERANÇAS	XXXX	0,00
PRESENTES	XXXX	0,00
DOAÇÕES	XXXX	0,00
TOTAL		0,00

5.y. Ativos Contingentes (NBC TSP 03 – Item 105):

Não houve ativos contingentes com entrada de benefícios econômicos ou potenciais de serviços.

5.z. Avaliação Externa das Provisões (NBC TSP 03 – Item 103):

As provisões matemáticas foram realizadas pelo atuário contratado pelo RPPS descrito acima no cálculo atuarial.

DETALHAMENTO DAS PROVISÕES EM NOTAS EXPLICATIVAS (MCASP 10ª Edição)

TIPO/CLASSE DA PROVISÃO: Provisões Matemáticas Previdenciárias	VALOR (R\$)
a) valor contábil do início do período (<i>saldo das provisões – exercício de 2023</i>)	469.783.786,89
b) valor contábil do final do período (<i>saldo das provisões – exercício de 2024</i>)	469.783.786,89
d) c) provisões adicionais realizadas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes (+) VPD 3.9.7	0,00
d) valores utilizados (incorridos e baixados contra a provisão) durante o período (-) VPA 4.9.7	0,00
e) valores não utilizados revertidos durante o período	0,00
f) o aumento no período do valor descontado decorrente do transcurso do tempo e os efeitos de qualquer alteração na taxa de desconto	0,00
g) breve descrição da natureza da obrigação e do prazo esperado para qualquer saída resultante de benefícios econômicos ou potencial de serviços	
BREVE DESCRIÇÃO: Constituição de saldo de Provisões Matemáticas Previdenciárias. O Passivo atuarial do RPPS é representado pelas provisões matemáticas previdenciárias, que correspondem aos compromissos líquidos do plano de benefícios, avaliados em regime de capitalização.	

MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO-PE

DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL CONSOLIDADA



h) indicativo das incertezas relacionadas ao valor ou prazo dessas saídas.	0,00
i) valores de algum reembolso previsto, apresentando o valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido na forma do reembolso.	0,00

MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS:

CONTEXTUALIZAÇÃO DA MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS:

PLANO PREVIDENCIÁRIO	R\$ 469.783.786,89
Provisões de Benefícios Concedidos	R\$ 244.889.561,99
(+) Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano	R\$ 248.119.009,21
(-) Contribuição do Ente	R\$ 0,00
(-) Contribuição do Inativo	R\$ 12.781,40
(-) Contribuição do Pensionista	R\$ 0,00
(-) Compensação Previdenciária	R\$ 3.216.665,82
(-) Parcelamento de Débitos Previdenciários	R\$ 0,00
(-) Cobertura de Insuficiência Financeira	R\$ 0,00
Provisões de Benefícios a Conceder	R\$ 224.894.224,90
(+) Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano	R\$ 340.666.091,19
(-) Contribuição do Ente	R\$ 55.064.707,36
(-) Contribuição do Ativo	R\$ 40.267.193,82
(-) Compensação Previdenciária	R\$ 20.439.965,11
(-) Parcelamento de Débitos Previdenciários	R\$ 0,00
(-) Cobertura de Insuficiência Financeira	R\$ 0,00
(-) APORTES PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL	R\$ 0,00

A presente avaliação atuarial foi realizada especificamente para dimensionar a situação financeira e atuarial do Fundo de Previdência do Município de Bom Conselho, de acordo com metodologia, hipóteses e premissas citadas anteriormente, com os dados cadastrais dos servidores ativos, aposentados e pensionistas fornecidos pela Prefeitura e pelo Instituto.

Este trabalho já contempla as novas normas e procedimentos atuariais previstos na Portaria MTP nº 1.467/2022 e utiliza as bases de dados cadastrais e financeiros posicionados em 31/12/2023.

Os cálculos foram realizados em conformidade a Nota Técnica Atuarial, enviada à Secretaria de Previdência, conforme previsto no artigo 27 da Portaria nº MTP Nº 1.467/2022.

Considerações sobre a Base Cadastral

A base de dados contendo o cadastro de servidores ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes enviados para a avaliação atuarial, foi comparada com padrões mínimos e máximos aceitáveis na data base da avaliação. Depois de feitas as análises, consideramos os dados suficientes e completos para a realização da avaliação atuarial.

Como os dados referentes ao tempo de contribuição anterior à admissão na Prefeitura não foram informados na base de dados, foi adotada uma estimativa de tempo anterior vinculada à idade do servidor na data da admissão, conforme estudo estatístico elaborado pela ACTUARIAL, com base em dados confiáveis de outros RPPS.

Resultados da Avaliação

O custo total a valor presente dos benefícios previdenciários de todos os atuais e futuros servidores do município, está projetado em aproximadamente R\$ 588,785 milhões. Os atuais direitos do plano expressam um valor presente de R\$ 122,306 milhões e, portanto, indicam um déficit atuarial base de R\$ 446,479 milhões.

Considerando as receitas futuras esperadas do plano de equacionamento presente no Decreto Municipal nº 013/2023 no valor de R\$ 610,872 milhões, chegamos a um superávit final com valor atual de R\$ 144,392 milhões, este valor representa 51% das futuras remunerações dos servidores ativos.

Diante do resultado superavitário, recomendamos a manutenção do atual plano de equacionamento, previsto no Decreto Municipal nº 013/2023. Para 2024 a alíquota será de 44%.

MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO-PE

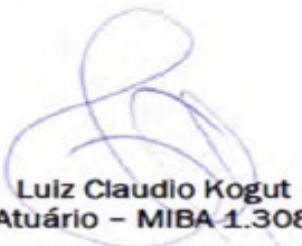
DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL CONSOLIDADA



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO LUCAS DA SILVA CAVALCANTE, JOCIEDER ARAUJO MINEIRO
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam?CodigoDoDocumento=e62561a7-7aef-4537-8f2b-f7a1488a824>

Por fim, salientamos que os resultados desta avaliação atuarial são extremamente sensíveis às variações das hipóteses e premissas utilizadas nos cálculos e que, modificações futuras destes fatores, poderão implicar variações substanciais nos resultados atuariais.

Curitiba, 04 de abril de 2024.


Luiz Claudio Kogut
Atuário - MIBA 1.308

6. SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:

- O saldo em 31.12.2024 foi de R\$ 0,00, pois, não houve saldos significativos de caixa mantidos e não disponíveis para uso imediato por restrição legal ou controle cambial.

7. INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE TRANSAÇÕES DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:

- O saldo em 31.12.2024 foi de R\$ 0,00, pois, não houve transações de investimentos e financiamento que não envolvem o uso de caixa.

8. DETALHAMENTO DAS POLÍTICAS DE AJUSTES, DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO:

Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio da entidade a custo histórico. Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou as informações relativas a ajustes, depreciação, amortização e exaustão. Considerando a exigência do MCASP, que estabelece a necessidade de se efetuar as depreciações de bens móveis e imóveis. Efetuou-se com respaldo técnico nas tabelas e índices de taxas de depreciação, amortização e exaustão adotadas, foram lançadas com base nas tabelas e índices disponibilizados pelo Governo Federal via endereço eletrônico do STN <https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/patrimonio-da-uniao/transparencia/depreciacao-de-imoveis/2024>. Essas taxas seguem a legislação vigente e refletem a vida útil estimada dos bens, garantindo a correta alocação dos custos e despesas ao longo do tempo. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando a utilização e obsolescência dos ativos imobilizados. Esses procedimentos garantem a conformidade contábil e fiscal, assegurando a transparência na apuração do resultado do ente.

DETALHAMENTO DOS MONTANTES EXPOSTOS DE AJUSTES NO IMOBILIZADO DECORRENTES DE DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E/OU EXAUSTÃO

Característica do Bem	Critério Adotado	Taxa a.a
Bens Móveis	Tabela STN	10,00%
Bens Imóveis	Tabela STN	1,20%

DESCRIÇÃO DOS EVENTOS QUE LEVARAM AO RECONHECIMENTO DE INSERVIBILIDADE DE BENS EXCLUSIVAMENTE COM REGISTRO DE PERDA

Não houve perda de bens por inservibilidade.

9. DESCRIÇÃO DE AJUSTES RELACIONADOS ÀS RETENÇÕES, BEM COMO OUTRAS OPERAÇÕES QUE IMPACTEM SIGNIFICATIVAMENTE O BALANÇO PATRIMONIAL:

As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes. Ademais, não houve operações que impactem significativamente o BP e necessitem de ajustes.

MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO-PE

DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL CONSOLIDADA



10. PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015, ATUALIZADA PELAS PORTARIAS MS/STN Nº 10.300, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2022 E STN/MF Nº 1.569, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2023:

Para este município estão sendo utilizados os prazos mais restritivos estabelecidos pela Portaria STN nº 548/2015, atualizada pelas portarias MS/STN nº 10.300, de 1º de dezembro de 2022, e STN/MF nº 1.569, de 11 de dezembro de 2023, para cidades acima de 50.000 habitantes.

10.a Demonstrativo de implantação das novas regras contábeis aplicadas ao setor público (Poder Executivo e demais entidades da administração direta e indireta):

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário da Fazenda	31/12/2017	Concluído

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receita.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário da Fazenda	01/01/2021	Concluído
Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário da Fazenda	01/01/2021	Concluído
Ação	3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário da Fazenda	01/01/2018	Concluído
Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário da Fazenda	Imediato	Concluído
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário da Fazenda	01/01/2020	Concluído
Ação	6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário da Fazenda	01/01/2020	Concluído
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário da Fazenda	01/01/2020	Concluído
Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário da Fazenda	01/01/2023	Concluído
Ação	9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando			

MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO-PE

DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL CONSOLIDADA



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO LUCAS DA SILVA CAVALCANTE, JOCIEDER ARAUJO MINEIRO
Acesse em: <https://efcfe.ice.pe.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: e62561a7-7aef-4537-8f2b-f7a14a88a824

	passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário da Fazenda	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Em andamento
Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário da Fazenda	01/01/2020	Concluído
Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário da Fazenda	01/01/2018	Concluído
Ação	12. Reconhecimento, mensuração e provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário da Fazenda	Imediato	Concluído
Ação	13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário da Fazenda	01/01/2016	Concluído
Ação	14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário da Fazenda	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortizações, reavaliações e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário da Fazenda	01/01/2021	Concluído
Ação	16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortizações e reduções a valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário da Fazenda	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário da Fazenda	01/01/2020	Concluído
Ação	18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário da Fazenda	01/01/2022	Concluído
Ação	19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário da Fazenda	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	20. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos benefícios sociais.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário da Fazenda	01/01/2026	Em andamento
Ação	21. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos instrumentos financeiros.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual

MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO-PE

DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL CONSOLIDADA



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO LUCAS DA SILVA CAVALCANTE, JOCIEDER ARAUJO MINEIRO
Acesse em: <https://etce.ice.pe.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: e62561a7-7aef-4537-8f2b-f7a14a88a824

	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário da Fazenda	01/01/2027	Em andamento
Ação	22. Reconhecimento, mensuração e evidenciação Arrendamentos.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário da Fazenda	01/01/2028	Em andamento
Ação	23. Reconhecimento, mensuração e evidenciação Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário da Fazenda	01/01/2028	Em andamento
Ação	24. NBCT SP 07 (R1) - Ativo Imobilizado Propriedade, Planta e Equipamento.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário da Fazenda	01/01/2028	Em andamento
Ação	25. NBCT SP Estrutura Conceitual (R1).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário da Fazenda	01/01/2030	Em andamento
Ação	26. Reconhecimento, mensuração e evidenciação Receita.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário da Fazenda	01/01/2030	Em andamento
Ação	27. Despesas de Transferência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário da Fazenda	01/01/2030	Em andamento

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS – PARTE III DO MCASP				
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – FUNDEB.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário da Fazenda	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – OPERAÇÕES DE CRÉDITO.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário da Fazenda	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário da Fazenda	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – DÍVIDA ATIVA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário da Fazenda	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – PRECATÓRIOS EM REGIME ESPECIAL.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário da Fazenda	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – CONSÓRCIOS PÚBLICOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário da Fazenda	Imediato	Concluído

PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a	Secretário da Fazenda	Imediato	Concluído

MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO-PE

DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL CONSOLIDADA



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO LUCAS DA SILVA CAVALCANTE, JOCIEDER ARAUJO MINEIRO
Acesse em: <https://etce.ice.pe.gov.br/epj/validaDoc.seam> Código do documento: e62561a7-7aef-4537-8f2b-f7a14a88a824

	"Nova" estrutura do MCASP.			
--	----------------------------	--	--	--

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a "Nova" estrutura do MCASP.	Secretário da Fazenda	Imediato	Concluído

Os procedimentos contábeis orçamentários estão sendo realizados pelo Poder Executivo conforme Parte I do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

JOAO LUCAS DA SILVA
CAVALCANTE:7038520
2458

Assinado de forma digital
por JOAO LUCAS DA SILVA
CAVALCANTE:70385202458

JOCIEDER ARAUJO
MINEIRO:0902139940
7

Assinado de forma digital
por JOCIEDER ARAUJO
MINEIRO:09021399407

JOÃO LUCAS DA SILVA CAVALCANTE
Prefeito

JOCIÉDER ARAÚJO MINEIRO
Contador
CRC-PE Nº 027671/O-4